

Marcos Costa Lima |

## O Brasil na segunda década do século XXI: desafios, mudanças e novas questões

“Temos o dever de nos interrogar sobre as raízes dos problemas que afligem o povo e repudiar posições doutrinárias fundadas num reducionismo econômico”.

*Celso Furtado,  
Em busca de novo modelo - reflexões sobre a crise contemporânea*

Pensar o futuro é sempre uma atividade arriscada. Ainda mais vivendo os efeitos de uma crise do capitalismo financeiro que já tem a duração de quatro anos. Por melhores que sejam os instrumentos para avaliar as tendências, a história é um livro cheio de surpresas e no qual muitas vezes os homens, as mulheres e suas ações podem transformar estruturas, há muito tempo cristalizadas. Temos presenciado manifestações sociais no mundo árabe, na Tunísia, onde uma rebelião popular derrubou o presidente Zine al Abidine Ben Ali, após 23 anos no poder, seguida pelo Egito, onde o conflito entre povo e autoridades acabou por destronar a ditadura de Hosni Mubarak, há 30 anos no poder.

Estas mobilizações têm se espalhado pelo Iêmen e Gabão, mas não só aí. Também no Bahrein, país onde os protestos têm, em grande parte, o objetivo de uma troca de sistema de governo de uma monarquia constitucional para um sistema parlamentarista, além de mais liberdades democráticas, de maior igualdade para a maioria xiita do país, que se queixa de discriminação por parte da dinastia sunita que os governa, a família Al-Khalifa.

Em outro diapasão, são os confrontos de rua na Grécia e na Espanha, que têm como motivo os sacrifícios que estão sendo impostos aos jovens, trabalhadores e classes populares, resultantes das formas de enfrentamento da crise financeira, mas que afetam diretamente o *status quo*.

François Chesnais<sup>1</sup> acaba de publicar um novo livro sobre a recente crise

**1. CHESNAIS, F.** (2011), “Les dettes illégitimes. Quand les banques font main basse sur les politiques publiques”, Paris: Éditions Raisons d’Agir.

345-354

&gt;&gt;

2. CHESNAIS, F. (2011) “La vulnérabilité du système financier, l’illégitimité de dettes publiques et le combat politique internationaliste pour leur annulation”. In Carré Rouge n° 45, avril, pp 33.
3. STRANGE, S. (2003), “The declining Authority of States”. In: HEL, D. & MCGREW, A., *The Global Transformations Reader*. Oxford: Polity, p. 133
4. FURTADO, C. (2002), *Em busca de novo modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, p. 32.
5. FURTADO, C. (2002), op.cit.p. 35.
6. MORSE, R., *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia das Letras, 1988, pp. 13-14.
7. ZAGNI, R. M., “Reflexos Distorcidos no Espelho de Próspero. Hegemonia e Identidade Supranacional nas Relações entre EUA e América Latina, das Independências às Vésperas das Guerras Mundiais”. In: [http://www.rumoatolerancia.filch.usp.br/files/active/0/Reflexos\\_distorcidos\\_no\\_Espelho\\_de\\_Prospero.pdf](http://www.rumoatolerancia.filch.usp.br/files/active/0/Reflexos_distorcidos_no_Espelho_de_Prospero.pdf). Acessado em 16/06/2011.

financeira e seus desdobramentos na Europa.<sup>2</sup> Ele nos aponta a vulnerabilidade que tomou conta dos bancos europeus, que, por alavancarem valores muito acima da qualidade de seus ativos, terminaram por exigir dos governos que seus países, em nome da “honorabilidade” da dívida, impusessem sacrifícios sobre jovens, trabalhadores e camadas populares, pela redução dos gastos sociais, com diminuição do efetivo de funcionários públicos, ou seja, com novos ataques aos sistemas de pensão e aumento do tempo de serviço.

Estes breves comentários sobre a crise financeira se justificam, pois uma questão de tamanha magnitude afetará, inexoravelmente, as tendências de um mundo em que a globalização está se expandindo cada vez mais. Nesta mesma direção a internacionalista inglesa Susan Strange disse há poucos anos que a autoridade dos governos de todos os Estados, grandes ou pequenos, fortes ou fracos, foi enfraquecida como resultado das mudanças tecnológicas e das finanças, bem como pela aceleração da integração das economias nacionais em uma única economia global de mercado.<sup>3</sup>

Pensar o Brasil para os próximos dez anos em seus desafios, mudanças e oportunidades, antes de tudo, requer uma abordagem compreensiva e articulada dos fenômenos econômicos, políticos, culturais e ambientais que nos conformam. Devemos estar ainda sintonizados com as heranças históricas que acompanham a nossa trajetória enquanto país colonizado e dependente.

Entre os nossos grandes pensadores, Celso Furtado foi certamente um dos mais lúcidos quando afirmou que “as economias subdesenvolvidas podem conhecer fases prolongadas de crescimento de seu produto global e *per capita*, sem reduzir o grau de dependência externa, e a heterogeneidade estrutural interna, que são características essenciais.”<sup>4</sup>

O economista sempre chamou atenção para a alienação de nossas elites, que sempre buscaram reproduzir internamente uma imagem que não condizia com as condições da maioria das gentes do país: “que esperar de um processo de crescimento que derivava seu dinamismo da reprodução indiscriminada de padrões de consumo de sociedades que já alcançaram níveis de produtividade e bem-estar muitas vezes superiores aos nossos?”<sup>5</sup>

Essa afirmativa nos remete a uma polêmica importante que provocou a intelectualidade latino-americana no final dos anos 1980, com o livro de Richard Morse,<sup>6</sup> *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Nele o autor fazia uma defesa e uma revalorização das influências ibéricas em comparação com o liberalismo anglo-saxão. Ou seja, a fé depositada na via ibérica e a simpatia por ela, com seu universalismo, contra a vertente protestante, pragmática e fria da ciência, despida de um humanismo com raízes em Tomás de Aquino.

Rodrigo Medina Zagni,<sup>7</sup> ao analisar a questão latino-americana, fazia menção à célebre assertiva de Morse, segundo a qual “Há dois séculos um espelho norte-americano tem sido mostrado agressivamente ao Sul, com consequências

inquietantes. Talvez seja a hora de virar esse espelho”.<sup>8</sup> Para Zagni, as obras de José Martí e Domingo Faustino Sarmiento enfrentaram talvez o dilema mais consistente no pensamento americanista, a saber, o da identidade latino-americana, cujo processo de formação passou obrigatoriamente pela construção de “inimigos comuns”, inicialmente as metrópoles europeias e posteriormente os Estados Unidos. A mudança do paradigma hegemônico da *pax britânica* para a *pax americana* está relacionada com a própria transição da hegemonia mundial britânica para a estadunidense, entre o final do século XIX e início do XX.

Mais contemporaneamente, e com forte simetria, estão as reflexões de Nestor Canclini, que entende que as interações entre culturas hegemônicas e subalternas são palcos de luta, mas também o lugar onde uns e outros dramatizam as experiências da alteridade e do reconhecimento. O confronto é um modo de encenar a desigualdade (embate para defender a especificidade) e a diferença (pensar em si mesmo através daquele que desafia).<sup>9</sup>

Simon Schwartzman,<sup>10</sup> em sentido oposto, e profundamente crítico a Richard Morse por idealizar uma “essência milenar perdida” ou ainda a “nostalgia pela totalidade e pelo transcendente”, reagiu duramente à obra sustentando que era permeada de equívocos quando tentava “buscar, em um utópico passado ibérico, as fontes para uma civilização latino-americana que mostraria sua profunda superioridade em relação ao Ocidente em decadência”.

A obra de Celso Furtado<sup>11</sup> em grande medida dá razão a Morse quando nos diz que a tentativa das elites latino-americanas de reproduzirem o modelo anglo-saxão se dá por uma profunda heterogeneidade nos padrões de vida e de consumo na periferia:

A crise que aflige nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida, ela é o resultado de um impasse que se manifesta necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado, privando assim a grande maioria da população.

Em 1992, surge um forte movimento que passa a criticar as concepções dominantes de desenvolvimento, sejam liberais, sejam marxistas. A obra coletiva de Wolfgang Sachs<sup>12</sup> parte da afirmativa de que “os 40 últimos anos podem ser chamados de idade do desenvolvimento”. Essa época estaria chegando ao fim e os autores invocam a necessidade de um obituário do desenvolvimento. Um segundo livro coletivo, *The post-development reader*,<sup>13</sup> procurou dar conteúdo à noção de “pós-desenvolvimento”.

Segundo Arturo Escobar (1992),<sup>14</sup> que sintetiza esses movimentos intelectuais, a discussão se deu em três momentos: o primeiro, de modernização, também tido como liberal (1950-1960); o segundo, relativo à teoria da dependência e marxista, sobretudo (1960-1970), e o terceiro, das abordagens críticas

8. MORSE, R. op.cit. pp. 13-14.

9. CANCLINI, N. G. (1997). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

10. SCHWARTZMAN, S. (1988) “O espelho de Morse”. *Novos estudos do Cebrap*, nº 22, 1988, pp.185-92.

11. FURTADO, C., op.cit.p.35.

12. SACHS, W. (1992), (Ed.) *Development Dictionary*. London: Zed Books.

13. RAHNEMA MAJID & BAWTREE, V. (1997), (Ed), *The post-Development Reader*. London: Zed Books.

14. ESCOBAR, A. (2006), “Post-Development”. In: CLARK, D. A.: *The Elgar companion to development studies*. Cheltenham: Edward Elgar Publisher Ltda, p. 447:451.

e pós-estruturalistas (1980-1990). Esta última corrente centrava-se na revalorização das culturas vernáculas, baseando-se no conhecimento não apenas letrado e acadêmico, mas do homem comum, na tentativa de construir um mundo mais sustentável, tanto cultural quanto ecologicamente mais humano, procurando levar a sério os movimentos sociais e as mobilizações locais. Na síntese feliz de Escobar: “if another world is possible, than another development should also be possible”.<sup>15</sup> O autor discorre sobre as polêmicas entre pós-estruturalistas e marxistas, os primeiros acusando os segundos de minimizarem as questões do simbólico, da cultura, e de manter as estruturas sistêmicas de poder, enquanto os marxistas nos acusavam de romantismo e de perda da dimensão real por estarem centrados no discurso.

A ideia aqui não foi aprofundar estas discussões. O objetivo central foi muito mais de introduzir a problematização do conceito de desenvolvimento, que se tornou difícil e incerto após estes trinta anos neoliberais. Os motivos são diversos, quando hoje se “requenta” o conceito de desenvolvimento, pelo prefixo neo. As razões estão na inabilidade do desenvolvimento tanto de realizar certas promessas quanto de responder à altura aos problemas fundamentais como a destruição ambiental, a permanência da pobreza e dos privilégios em escala global, a vulnerabilidade dos direitos humanos e o acirramento da violência e *do dano*<sup>16</sup> em escalas locais, nacionais e internacionais. Neste sentido, ganham força as formulações que acentuam as críticas à matriz teórica ocidental, centradas em várias posições dos estudos pós-coloniais, que têm reivindicações emancipatórias.

Concluindo estas discussões de cunho mais teórico sobre o desenvolvimento, que interessam diretamente a esta reflexão, cabe ainda introduzir rapidamente a crítica de Gilbert Rist,<sup>17</sup> cuja obra tenta apresentar os impasses do desenvolvimento, segundo ele centrado no mito do progresso e numa concepção linear de história do pensamento ocidental que, ao longo de sua trajetória – a partir de Bandung, passando pela Cepal –, acaba sendo reduzido apenas à redução da pobreza. Portanto, para ele, não cabe ressuscitar o desenvolvimento, que assim define:

*Desenvolvimento* consiste de um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com a outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva.<sup>18</sup>

O maior problema do pós-desenvolvimento é que, muito embora sejam justas, muitas de suas críticas, como a de abrir várias veredas teóricas, são excessivamente demolidoras e não apresentam alternativas a contrapor.<sup>19</sup>

15. ESCOBAR, op.cit p. 450.

16. LINKLATER, A. (2011).

17. RIST, G. (2008), *The history of development: from western origins to global faith*. Londres: Zed Books.

18. RIST, G. (2008), op.cit. p. 13.

19. RADOMSKY, G. F. W. (2011), “Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento. A crítica da modernidade e a emergência de modernidades “alternativas”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, n. 75 fevereiro, p. 149:162.

## De volta à dimensão empírica

Nas últimas duas décadas a distância em termos de rendimentos *per capita* entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento não parou de crescer até a crise de 2008. A renda *per capita* média dos oito principais países desenvolvidos no mundo (Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Japão e Austrália) em 1988 atingia US\$ 18.224, enquanto a renda média dos oito principais países em desenvolvimento (China, Índia, Indonésia, Brasil, México, Argentina, Rússia, África do Sul) atingia US\$ 1.325. Portanto, a diferença de renda per capita em 1988 representava US\$ 16.899. Em 2008, a renda média desses países desenvolvidos passou para US\$ 43.445, enquanto a renda média desses países em desenvolvimento cresceu mais de 4 vezes, atingindo US\$ 6.125. De todo modo, a diferença de renda *per capita* aumentou de US\$ 16.899 em 1988 para US\$ 37.320 em 2008. Ou seja, ampliou-se a divergência entre centro e periferia.

A América do Sul viveu um contexto característico, que intitulo *30 anos de hegemonia neoliberal* (1980/2010). Nesse período a região sofreu efeitos muito fortes das políticas de liberalização econômica, dos ajustes monitorados pelo FMI, da desregulamentação financeira, da privatização e da flexibilização das relações de trabalho. A articulação dessas políticas gerou efeitos econômicos e sociais desagregadores, e a sua violência, sobretudo para os setores que vivem de salário, foi justamente o que provocou a mudança política desses governos, com tendências que, em maior ou menor medida, sinalizaram para a retomada de políticas sociais mais amplas, capazes de recompor o dismantelamento do Estado e mesmo de aprofundar o processo integracionista regional, quando não buscar ampliar as relações internacionais Sul-Sul, reduzindo os processos anteriores de subordinação às potências do Norte.

Essas mudanças apontam para uma nova geografia política regional após 1999, com uma sequência de presidentes eleitos, *soi-disant* de esquerda ou de centro-esquerda: Hugo Chávez na Venezuela (1999); Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2003); Nestor Kirchner na Argentina (2003); Tabaré Vázquez no Uruguai (2005); Michelle Bachelet no Chile (2006); Evo Morales na Bolívia (2006); Rafael Correa no Equador (2007), Fernando Lugo no Paraguai (2008), e, recentemente, Ollanta Humala no Peru (2011), derrotando a tentativa de retorno do fujimorismo.<sup>20</sup>

O Brasil, em particular, tem feito avanços em diversos parâmetros, mas, sobretudo, no seu problema estrutural mais grave, que são a pobreza e a desigualdade de renda. A política de transferência de renda pelos programas de combate à pobreza (benefício de prestação continuada; previdência rural e o Bolsa Família), que foi iniciada em meados dos anos 1990, ganhou impulsos substantivos, pois representava 6,9% do PIB em 2002 e saltou para 9,3% em

20. COSTA LIMA, M. (2011), "O caso do Mercosul como projeto de integração regional em perspectiva comparada com outras experiências internacionais". In: CAETANO, G. (Ed.): *Mercosur 20 años*. Montevideo: Cefir, p. 319:333.

2009. Só o programa Bolsa Família, que no início atingia 1,15 milhão de famílias, em 2003, chegou ao final de 2009 com cobertura para 12,37 milhões de famílias. Nesse contexto, a região Nordeste, que tem o maior número de pobres, passou a corresponder a mais de 50% dos beneficiados, ou 6,2 milhões de famílias em 2009.<sup>21</sup> Essas políticas precisam estar mais articuladas com as políticas de saúde, educação e habitação.

A *Síntese dos Indicadores Sociais 2008 - uma análise das condições de vida da população brasileira*<sup>22</sup> mostra que, entre 1997 e 2007, caiu de 31,6% para 23,5% o percentual de famílias com rendimento familiar *per capita* de até ½ salário mínimo. No Nordeste, essa queda foi ainda mais acentuada, passando de 53,9% para 43,1%, mas ainda englobando um número muito alto de pobres. No tocante à educação, a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos caiu de 14,7% para 10%, no entanto, persistia um número elevado de pessoas que não sabiam ler ou escrever: 14,1 milhões de analfabetos, dos quais 9 milhões eram pretos e pardos e mais da metade residia no Nordeste. Melhorou, nesse período, o percentual de estudantes que cursavam nível médio na idade adequada (15 a 17 anos), passando de 26,6% para 44,5%. Por outro lado, nesses dez anos aumentou a desigualdade de acesso de brancos, pretos e pardos ao nível superior. Em 1997, apenas 9,6% dos brancos e 2,2% dos pretos e pardos, de 25 anos ou mais, tinham nível superior completo no país; em 2007, esses percentuais aumentaram para 13,4% e 4,0%, respectivamente, refletindo o quanto ainda falta realizar para ampliar a qualificação da população brasileira. As consequências das desigualdades educacionais se refletem nos rendimentos médios dos pretos e pardos, que são cerca de 50% menores que os rendimentos dos brancos.

A partir de alguns números presentes nos “Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia”,<sup>23</sup> de 2010, temos, resumidamente, resultados sobre o financiamento da pesquisa no Brasil de hoje, que indicam graves assimetrias regionais, em especial com relação à participação do governo federal no financiamento e consolidação das áreas de pesquisa e de formação científica. Por exiguidade de espaço me furtarei a comentar as estatísticas, que são autoexplicativas em muitos de seus aspectos.<sup>24</sup>

O dispêndio nacional em C&T, em valores correntes relacionados ao PIB, em 2008 foi de R\$ 43,09 bilhões, ou 1,43% do PIB, dos quais 54% públicos e 46% empresariais.

Dos dispêndios públicos em P&D por objetivo socioeconômico, o maior valor vai para as instituições de ensino superior, ou seja, 58,10%, seguindo-se pesquisas não orientadas (11,02%), e agricultura (10,0%). A indústria e a saúde recebem em média 6,0% cada um.

Os dispêndios em C&T realizados pelos governos estaduais evidenciam uma impressionante assimetria. Enquanto o total dos estados depende

**21.** IPEA (2010), Brasil em Desenvolvimento 2010. Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Sumário Analítico. Brasília: IPEA, p. XXV.

**22.** IBGE (2008), A Síntese dos Indicadores Sociais 2008 - uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro.

**23.** MCT (2010) *Indicadores nacionais de ciência e tecnologia - 2008*. Brasília: MCT.

**24.** COSTA LIMA (2011), Saber para transformar. O lugar das ciências sociais e a pesquisa científica no Brasil. In: Suplemento Pensar Brasil, *O Estado de Minas*, 12 de março, p. 8:11.

um valor de 5,6 bilhões de reais, a distribuição percentual correspondente é a seguinte:

**Tabela 1: Dispendios em C&T pelos governos estaduais/2008. Em percentagem**

Norte	Nordeste	Sudeste	C. Oeste	Sul	Total
1,77	5,45	84,0	1,4	7,5	100,0

Fonte: MCT, op.cit.

Vale salientar que apenas o estado de São Paulo representa 73,4% dos gastos realizados pelos estados em P&D.

Finalmente, um conjunto de dados que exemplifica a disparidade dos gastos das instituições federais de ensino superior, por região:

**Tabela 2: Dispendios em P&D das instituições federais de ensino superior/2008. Em percentagem**

Norte	Nordeste	Sudeste	C. Oeste	Sul	Total
4,5	20,0	44,0	13,4	17,9	100,0

Fonte: MCT, op.cit.

A tabela merece um esclarecimento. Os valores regionais são aqui mais bem divididos. Acontece que o estado de São Paulo tem universidades em maior número estaduais. Assim, o valor total dividido fica maior para as demais regiões. Agora, se considerarmos o montante de recursos gastos em P&D pelas universidades estaduais de São Paulo e o compararmos aos gastos das IFES de todo o país, este chega a 63,2%. Portanto, temos aí outro problema estrutural de magnitude e que precisa ser enfrentado.

A tabela 3 evidencia a importância das ciências sociais no conjunto das demais ciências no Brasil, aqui comparando a evolução dos alunos titulados nos programas de pós-graduação em ciências sociais de 2000 a 2008, nos cursos de mestrado e doutorado.

**Tabela 3: Alunos titulados nos programas de pós-graduação em algumas áreas do conhecimento. Valor nominal**

Grandes Áreas		2000	2003	2005	2008
Ciências Humanas	Mestrado	3.055	4.560	5.152	6.198
	Doutorado	892	1.283	1.497	1.862
Ciências da Saúde	Mestrado	2.933	4.186	4.567	4.967
	Doutorado	1.038	1.549	1.682	1.959
Ciências Exatas e da Terra	Mestrado	1.780	2.408	2.564	2.826
	Doutorado	892	1.283	1.497	1.862
Ciências Agrárias	Mestrado	1.979	2.577	2.867	3.518
	Doutorado	550	1.026	1.121	1.319

Fonte: MCT, op.cit.

Um último comentário: se hoje o sistema brasileiro de pós-graduação está consolidado, o que representa um extraordinário resultado para a sociedade brasileira, leituras mais atentas revelam que ainda há muito por fazer, seja do ponto de vista da correção das desigualdades regionais e setoriais da ciência, seja no aspecto da difusão e do retorno das reflexões e produtos da ciência para os brasileiros, sobretudo os que mais dela necessitam.

### O futuro

Os números indicados dão uma medida do esforço que o país deverá fazer para ter um padrão de vida socialmente justo e que permita à maioria de sua população superar as profundas restrições que hoje enfrenta – o baixo nível de renda e o trabalho informal, as frágeis redes de proteção social –, aumentar o nível de escolaridade de sua população, qualificar o ensino fundamental e médio e inserir maior número de jovens entre 18 e 24 anos no ensino universitário. Apesar do crescimento nas matrículas do ensino superior apontado pelo Censo da Educação do Ensino Superior<sup>25</sup> realizado pelo Ministério da Educação, e da interiorização tão necessária das universidades, o Brasil não vai cumprir a meta de incluir 30% da população entre 18 e 24 anos na universidade. Essa era uma das determinações estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação para 2011. Hoje essa taxa está próxima a 14%, quando se sabe que em média, nos países da OCDE, 34% dos indivíduos são diplomados pelo ensino superior no grupo etário dos 25 aos 34 anos, dando a perceber o quanto o Brasil ainda tem a realizar neste campo.<sup>26</sup>

Temos significativos déficits de infraestrutura, a começar pelo setor de transportes, que ainda é, principalmente, rodoviário. O deslocamento de cargas no país se realiza 60% por estradas, 25% por ferrovias e apenas 15% por hidrovias.<sup>27</sup> As metrópoles apontam deseconomias substantivas e os déficits habitacionais e de esgotamento sanitário para a população de baixa renda são de grande magnitude. As cidades médias brasileiras, por abandono do planejamento, estão absorvendo o mesmo padrão deletério dos grandes centros. A questão regional é um desafio a ser superado, sobretudo no Nordeste, pelas tantas assimetrias. A Amazônia é ao mesmo tempo um desafio e uma imensa oportunidade. E aqui, a discrepância entre racionalidade dos mercados e interesses sociais tende a agravar-se com a globalização e precisa ser enfrentada com projetos arrojados de manejo ambiental, sustentabilidade, conhecimento-intensivo e políticas inclusivas.

O mercado interno como centro dinâmico da economia e a independência política serão decisivos.

25. Agência Brasil  
27/11/2009, MEC –  
Censo da Educação do  
Ensino Superior.

26. Acessado em  
21/06/2011, <http://www.snesup.pt/htmls/EkyVApZIFyI0XSZoEQ.shtml>.

27. IPEA (2010), Brasil em Desenvolvimento 2010. Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Sumário Analítico. Brasília: IPEA, p. 51.

Segundo Norman Gall,<sup>28</sup> a democracia, a estabilidade e o aumento do consumo deram aos brasileiros uma visão positiva de seu futuro. Além disso, o Brasil é um dos países que apresentam um recurso cada vez mais escasso em escala mundial: a água. O país detém 13% da água potável do planeta.

Em Beijing diz-se que uma das principais restrições ao desenvolvimento do país é exatamente a água, e por isso mesmo a China pretende superar essa dificuldade a partir da importação do Brasil de *commodities* água-intensivos, como os alimentos.

Concluindo, a promessa das reservas de petróleo. O Brasil é hoje o maior mercado mundial para bens e serviços na indústria de petróleo, em razão do pré-sal. E a Petrobras é a maior compradora. Alguns analistas dizem que a Petrobras gastará \$1 trilhão de dólares nos próximos anos em capital e na operação de poços profundos. Uma soma igual à metade do PIB de 2010, a maior realização industrial na história do país. O gasto anual da Petrobras para a década corrente, de mais de \$45 bilhões de dólares, representa mais, em dólares constantes, do que o orçamento anual da Nasa nos anos 1960, quando os Estados Unidos estavam se preparando para enviar o primeiro homem à Lua. O programa de investimentos da Petrobras para cinco anos é de \$224 bilhões de dólares, o maior na indústria petrolífera hoje, gerando 10% de todo o capital fixo de investimento do Brasil. Mas, para que essa promessa possa gerar um desenvolvimento economicamente justo e seja capaz de reduzir os impactos ambientais decorrentes, será necessária maior participação do povo no sistema de decisões. É relevante que diferentes segmentos e organizações da sociedade possam participar da definição dessa agenda futura e da própria gestão pública, ampliando suas oportunidades de influir no direcionamento das ações do Estado.

Ao se colocar a democracia no centro do debate sobre desenvolvimento, abre-se a possibilidade para reconsiderar essas relações e, no limite, para *reconhecer na democracia um elemento catalisador do desenvolvimento*.

Essa proposição adquire atualidade quando se percebe que, ao longo das últimas décadas, a palavra *desenvolvimento* raramente tem sido mobilizada, pois a vitória do neoliberalismo estabeleceu um falso consenso entre economia e autorregulação, já rejeitada por Polanyi. O conceito tem sido retomado e é novamente inquirido, problematizado, sobretudo a partir do fracasso dos trinta anos neoliberais. Hoje o termo tem sido qualificado por inúmeros adjetivos, como “sustentável”, “inclusivo” ou “soberano”. Mais que nunca, portanto, vê-se que as soluções para o desenvolvimento devem conciliar múltiplas demandas da cidadania – dialogar com a “consciência das camadas populares”, para usar uma expressão do filósofo isebiano Álvaro Vieira Pinto. E é a existência de um vigoroso arcabouço democrático que pode garantir, em primeiro lugar, que essas demandas ganhem expressão na cena política e, em segundo lugar, que a partir delas se possa construir uma nova síntese para o desenvolvimento – um projeto

28. Cf. [www.normalgall.com](http://www.normalgall.com), e mais especialmente “The politics of potential and limitation oil, euphoria and the future of Brazil”, Norman Gall, Talk at the Center for Latin American Studies, University of Chicago, 31/03/2011. Ver também “Oil euphoria puts Lula’s legacy at risk”, Financial Times, 11/08/2010, e “O risco do petróleo em águas profundas”, Ecodebate, e também em O Estado de S. Paulo, 1/02/2011.

que seja não apenas programaticamente audacioso, mas também e, sobretudo, politicamente legítimo.<sup>29</sup>

É preciso analisar a arquitetura institucional da democracia brasileira de uma perspectiva crítica às limitações dos mecanismos representativos no que diz respeito à legitimidade dos processos de decisão e formação de vontade coletiva, que deveriam repercutir em esforços de maior aproximação entre representantes e representados e na mobilização direta ou na atenção aos resultados de instrumentos de natureza participativa pelas instituições do sistema representativo. Por outro lado, a disseminação e a expansão de prerrogativas de processos e instituições de participação cidadã na definição de políticas públicas têm chamado bastante atenção para a questão das relações de representação que se constitui nesses espaços e, ao mesmo tempo, ajudam a constituí-la.

Concluindo, trazemos para esta reflexão sobre o futuro do país a lúcida afirmação, e que nos serve de referência nestas questões, de Celso Furtado, para quem

O ponto de partida do desenvolvimento deveria ser [...] o horizonte de aspirações da coletividade, considerada esta não abstratamente, mas como um conjunto de grupos ou estratos com perfil definido, assim como o sistema de decisões que prevalece nessa sociedade e os fatores limitantes que escapam ao poder interno de decisão. Desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade, em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade.<sup>30</sup>

Em trabalho mais recente (2002), o economista paraibano, ao tratar da racionalidade instrumental capitalista operando sobre o tecido social, reforça justamente o horizonte democrático e das aspirações coletivas:

Setores importantes da ordem social – o trabalho produtivo e as atividades correlatas de parcela crescente de membros da sociedade – passam a ser regulados por normas racionais sem que os objetivos últimos que regem tais normas sejam necessariamente evidentes para as pessoas implicadas. O controle direto da terra e dos homens tende a ser substituído pelo controle das técnicas, que asseguram a eficiência da organização da produção, como base da estrutura de poder.<sup>31</sup>

## §

**29.** IPEA (2010) Estado, Instituições e Democracia: república, democracia e desenvolvimento. Livro 9, 3 volumes. Brasília: IPEA.

**30.** FURTADO, C. (1968), *Um projeto para o Brasil*. São Paulo: Saga, p. 17-18.

**31.** FURTADO, C. (2002) *Em busca de um novo modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, p. 58.